

Mitos derrubados e área contabilística

Por António Lopes de Sá

A crise financeira global que assolou o Mundo nos últimos dois anos tem mostrado de forma clarividente a necessidade de o actual sistema capitalista alterar procedimentos. Mas o autor, que há muito se manifesta contra a qualidade das normas internacionais de contabilidade, teme que pouco ou nada mude. Até à próxima crise...



António Lopes de Sá
Doutor em Ciências Contábeis
pela Universidade do Brasil
Escritor
Economista

O prestigiado jornal espanhol «El País», de 19 de Julho último, publicou um trabalho sob o título «14 mitos derrubados após dois anos de crise.»

A reportagem começa por afirmar que «a crise abalou o capitalismo, este necessitado de reformas urgentes que custam a chegar. Há risco de que o poderoso *lobby* financeiro engesse as autoridades de modo que as reformas sejam apenas como cosméticos em face da tímida recuperação de valores a receber.»

Ou seja, admite o jornal que a crise indica a falência de um sistema e que existe uma expressiva influência política de grupos que está a ser exercida para derrubar controles, autoridades e técnicos que possam criar obstáculos; ou ainda, revela que tudo indica que não se deseja mudar o cenário mas, apenas «dar aparência de que se muda.»

Informa o diário espanhol, todavia, que alguns famosos técnicos estão a reclamar maior transparência nas informações sobre a situação das empresas, em vez de se continuar a enganar o público com resultados falsos amparados em concessões normativas.

Oferecendo a opinião de intelectuais eleitos pelo jornal, esse trabalho a que nos referimos é categórico em afirmar que as actuais normas contabilísticas, denominadas como internacionais, não mudarão o cenário enganador que levou à crise.

Denunciando vários mitos derrubados com a crise, carentes de reformas para que se altere o sistema capitalista canibal, dentre eles, no campo contabilístico, refere-se às normas e ao compor-

tamento dos auditores, estes acusados de esconderem as fraudes e falhas de clientes, uma vez que remunerados por estes (assim está publicado, induzindo a crer na «falsa independência»). O jornal ressalta ainda que foi um grande erro dar-se demasiado crédito ao mercado (tese do justo valor), pois este é manipulável.

Essas mesmas mazelas que, no passado dia 19 de Julho foram matéria de relevo no famoso «El País» são as que eu denunciei publicamente no dia 14 do mesmo mês, no Congresso Nacional dos Auditores do Tesouro Estadual e Distrital. Aliás, muito antes da crise, há anos que venho apontando em conferências feitas em diversas partes do Brasil e da Comunidade Europeia as falhas e o mau regime adoptado para produzir normas contabilísticas.

Sem ser êmulo de Daniel, Cassandra, Merlin, Malaquias, Nostradamus, Calíostro, Rasputin, de qualquer deles quanto a advertências sobre o futuro, apoiado na verdade que a ciência contabilística oferece como realidade, temo realmente pelo que possa vir a ocorrer no Brasil em matéria de manobras de lucros e perdas, assim como de activos, em decorrência das leis 11 638 e 11 941, assim como das fortes influências políticas que chegam até a operar mudanças nos quadros da administração tributária.

O Estado não parece estar a dar provas de real competência na questão, se observada a conduta do mesmo sob o prisma de Tejeiro, esse intelectual, um dos maiores líderes culturais e de classe de Espanha. Não há muito tempo, ao ser admitido na Real Academia de Ciências Económicas e Financeiras, foi enfático na sua conclusão sobre o comportamento estatal, leccionando que deve assemelhar-se ao das empresas no que tange à perseguição de objectivos; como o objectivo do



Estado é a sociedade e não apenas discriminadamente grupos da sociedade, é nesse particular que está falhando o sistema, segundo o enfoque do emérito mestre.

Afirma, em favor da tese, o jornal espanhol que, a prevalecer o estado actual de coisas, o que se está a armar é outra “bolha” que poderá vir a explodir brevemente; ou seja, duvida que as providências actuais resultem num sincero saneamento; acusa, sim, os factores privilégio e impunidade como máximas de um sistema cruel.

A confusão estabelecida no campo das «convergências», a péssima didáctica das normas e a má qualidade das mesmas (em face da ciência e do critério de legalidade); a pressa e a pressão

(...) há anos que venho apontando em conferências feitas em diversas partes do Brasil e da Comunidade Europeia as falhas e o mau regime adoptado para produzir normas contabilísticas.

que estão sendo exercidas na implantação das modificações; as marchas e contra-marchas, com muita publicidade paga; a convivência de entidades, sustentadas com altas verbas e intromissão do Banco Mundial, tudo isso forma um emaranhado que a história certamente julgará e que tanto tem sido objecto de advertência de mestres e de uma imprensa preocupada com a realidade.

A denúncia do prestigiado jornal, embora não exclusiva, mas bem recente, confirma tudo o que exaustivamente tenho tentado fazer ver aos meus leitores, alunos e colegas, em razão das lesões feitas à profissão contabilística; enquanto isso, do outro lado, o “ouvido mouco” do poder permite o prosseguimento de uma malsinada marcha.

Com acidez de palavras, todavia, o «El País» vai ainda mais além, levantando a tese de que os bancos receberam altas somas dos Estados para que se recuperassem, mas que julgados não foram pelas perdas causadas à sociedade.

Finalmente, atribuindo a declaração a um técnico da IESE, o jornal enfaticamente insere em seu comentário que se «força a mentir para lucrar-se cada vez mais...»

Ou seja, insinua que a falsa informação é veículo de sustentação de um capitalismo canibal, o que é deveras grave. ■

(Texto recebido pela CTOC em Agosto de 2009)